

A Natureza que se veicula nos meios de comunicação: aproximações conceituais entre os discursos geográfico e jornalístico

Willians Carvalho Niz¹

Douglas Santos²

PUC- SP

Resumo

O pensamento que se pretende crítico sobre o significado de natureza e como devemos lidar com ela vem crescendo exponencialmente. Tanto nas escolas como nos meios de comunicação a questão ambiental é um tema recorrente. Assim, este artigo propõe discorrer sobre a concepção de natureza carregada pela Geografia e o quanto essa concepção se aproxima do discurso jornalístico, tomando como estudo de caso a reportagem “Líquido e incerto: o futuro dos recursos hídricos no Brasil” publicado pela Folha de São Paulo em 2014 e que se mostrou um exemplo do Jornalismo Ambiental brasileiro.

Palavras-chave: Geografia; Jornalismo; Discurso; Natureza; Ambiente.

1 Bacharel e licenciando em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

2 Geógrafo, Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e atualmente professor visitante da Universidade Federal da Grande Dourados no Mato Grosso do Sul (UFGD-MS) e Professor Convidado da Universidade Pedagógica de Moçambique.

1. Introdução

A natureza, direta ou indiretamente, é objeto de estudo de todos os campos do conhecimento, os quais, por sua vez, possuem ampla diversidade de correntes de pensamento, com diferentes premissas e interpretações. Entretanto, como nos mostrou Burt (1991) existe também a possibilidade de os pensamentos hegemônicos que compõem cada campo partilharem da mesma base metafísica e epistemológica que proporciona a aproximação das concepções de natureza construídas pelas diferentes ciências da era moderna. Assim, para avaliar qual o conceito de natureza empregado num determinado discurso, faz-se necessário investigar em que base se sustenta este discurso.

Este artigo pretende propor a reflexão de dois discursos, que ora se aproximam, ora se distanciam, presentes na área acadêmica e nas vivências cotidianas e que construíram concepções de *natureza* ao longo de seus desenvolvimentos: o discurso geográfico e o jornalístico.

Os objetivos específicos do artigo consistem em dar continuidade à reflexão já exercida em uma pesquisa de iniciação científica que procurou investigar a concepção de Natureza na chamada Geografia Física analisando livros didáticos de Geografia, usando para tanto de parte da obra do geógrafo Ruy Moreira (1987, 1993, 2008 e 2014) e uma entrevista concedida em 2015, pelo próprio geógrafo. A diferença, agora, é que substituímos o livro didático pelo material jornalístico, analisando uma reportagem que trata da temática *natureza*.

A metodologia empregada para análise da reportagem se propõe apresentar as aproximações entre os discursos geográfico e jornalístico; e com base nos resultados deste exercício, procura inferir que concepção de natureza a reportagem jornalística carregou e veiculou nos meios de comunicação.

2. As concepções de natureza da Geografia

Resultante de uma crítica à economia (NIZ e MOREIRA, 2015), uma das proposições de Ruy Moreira sobre o que o geógrafo e o professor de Geografia entendem por natureza resgata em que base a ciência contemporânea, e mais precisamente, a Geografia Moderna, tem sustentado todo seu arcabouço ontoepistemológico: na Física Mecânica de Newton. E para entender como a Geografia concebe a natureza, é preciso antes entender como o geógrafo entende a própria Geografia.

A Geografia surge como um saber sistematizado, e é possível compreender sua origem a partir do seguinte processo:

A ciência, nos seus primórdios, não surge necessariamente nas academias e espaços destinados à produção científica, mas antes disso, ela surge por meio das necessidades práticas da vida. Estas práticas se realizam no espaço: são as práticas espaciais. Por sua vez, das práticas espaciais produz-se saberes espaciais, e de saberes e práticas espaciais surge a ciência geográfica (NIZ, p. 26, 2015; apud MOREIRA, 2014).

E por sua vez, a Geografia enquanto um saber sistematizado dá origem a Geografia que conhecemos atualmente. Essa Geografia Moderna é um produto de uma cadeia lógica movida pela criação do sistema universitário e pela divisão social e técnica do trabalho:

É a especialização da indústria que cria a especialização do trabalho; a especialização do trabalho, a forma da profissão; a forma da profissão, o curso universitário; e o curso universitário, a ciência universitária, que a *intelligentsia* acadêmica irá sistematizar e sacramentar em discursos de teoria e método de ciência acadêmica, à espera de que a necessidade da produção e mercado do

mundo da indústria referende, ou não, como forma de saber (MOREIRA, Ruy. 2014, p. 90).

Assim se forma a Geografia acadêmica: como um resultado das epistemologias positivista e neokantiana, fragmentando e pulverizando os saberes científicos em múltiplas áreas cada vez mais especializadas e dicotomizando a natureza e o homem em saberes necessariamente distintos. E o discurso do geógrafo moderno é composto pelas práticas e saberes espaciais surgidos da Geografia nos seus primórdios (mais especificamente em Ptolomeu e Estrabão), que lhe garantem seu caráter ontológico; e pelo sistema Natureza-Homem-Economia (N-H-E), que garante a base teórica e metodológica do próprio discurso (Moreira, 2014).

É incorporado a este sistema que a natureza é concebida pela Geografia, isto é, como um elemento dentro de uma fórmula que tinha como principal função a ordenação de todas as coisas aparentemente sem ordem e interligações no mundo. Portanto, o sistema N-H-E se caracteriza como um esquema classificatório de todas as coisas para sistematizar tudo aquilo que sentimos no mundo em um esquema baseado em três leis ou premissas fundamentais:

A interpretação do mundo se dá pela descrição da natureza, depois a descrição da população, e finalmente, a descrição da economia. Todavia, para interligarmos estas classificações, usamos a linguagem matemático-estatística que se desenvolvem por meio de três leis estruturantes deste plano teórico: A Lei da Gravidade, que articula e ordena a natureza; a Lei da População, que contabiliza, segundo as proposições de Malthus, o homem; e a Lei da Acumulação, que, por sua vez, rege a sucessão de trocas mercantis da economia (NIZ, p. 26, 2015; apud MOREIRA, 1993).

A base do conceito de natureza empregado no discurso geográfico seria “um conjunto de corpos matematicamente ordenados pelos movimentos mecânicos da lei da gravidade” (MOREIRA, 1993, p. 1), que por sua vez, se interliga matematicamente aos conceitos de homem e de economia, num discurso essencialmente taxonômico e empírico. A natureza na leitura da Geografia seria, portanto, o resultado da adoção das bases metafísicas formuladas por Newton nos seus *Principia* que originaram a Física Clássica (Fitas, 1993).

Todavia, a Geografia, desde seu surgimento como ciência moderna, veio se desenvolvendo e modificando sua concepção de natureza. É possível identificar quatro modos ou fases do conceito de natureza na história do pensamento geográfico (Moreira, 1993):

1. Inicia-se com “o modo empírico mais puro e mais simples” – Mais longa e mais tradicional da concepção de natureza na Geografia. Muito difundida nos clássicos da Geografia; é meramente sensória resultando na teorização meramente taxonômica; matematiza as formas e se baseia na natureza evoluindo por círculos mecânicos fechados. Tem como teorias clássicas nessa vertente a de W. M. Davis e a teoria do modelado do relevo terrestre - “concepção de natureza inteiramente decalcada ‘no que se vê’ e na sua integração relacional pela ação da lei matemática da gravidade” (MOREIRA, p. 3, 1993); E a de De Martonne que “encarna de modo direto e cru o empirismo” (Ibidem) e estrutura a natureza de forma fragmentária, como se vê a estrutura de seu livro, separando a natureza, em Noções Gerais, Clima, Hidrografia, Relevo, Biogeografia. Foi muito difundido e ainda é. Trata-se de um paradigma;
2. “O modo paradialético dos anos 50” – Um grupo de geógrafos franceses se vinculou ao marxismo e formulou uma teoria que pensa dialeticamente a natureza na Geografia. Um deles, Jean Tricart, reúne as teorias do modelado do relevo de A. Penck (forças internas do planeta) e de W.M.

Davis (forças externas do planeta) e cria uma concepção dialética da natureza com base na contradição das forças internas e externas, que resultam na transformação do modelado terrestre. Foi uma grande mudança na concepção de natureza, embora apenas se limitasse na época essa transformação na Geomorfologia. A influência tricartiana resultou na interligação dialética da Geomorfologia com a Climatologia: A morfologia climática (possível superação da visão fragmentária empiricista de De Martonne). Mas a transformação não foi adiante;

3. “O modo superempírico dos anos 70” – Interrompeu-se a dialetização da natureza por conta do surgimento da Geografia Quantitativo-Sistêmica, ou a *New Geography*. Faz parte da corrente neopositivista; é extremamente empirista e reduz a concepção da natureza a um “feixe de variáveis matematicamente correlacionadas, um modelo matemático e não mais que isto” (Ibidem);
4. “O modo ecológico em curso” – Vertente atual, segundo Ruy Moreira. Tende a seguir o caráter holístico na concepção de natureza que o mundo inteiro adotou. As ciências começaram a abordar a natureza pela perspectiva biológica, e a Geografia seguiu o mesmo curso abandonando as perspectivas baseadas - ou poderíamos dizer que não são apenas baseadas, mas é de fato - na Física Clássica. A concepção de natureza na Geografia deixa parcialmente de ser a concepção promovida pela Física Clássica (natureza mecânica morta) e passa a ser uma natureza biológica “como um corpo unitariamente vivo” (MOREIRA, p. 4, 1993).

O modo ecológico é o atual paradigma de como interpretar a natureza na Geografia e se manifesta comumente pelo conceito de meio ambiente e suas variações. Porém, ainda há um embate entre este paradigma ecológico/ambiental e o paradigma cartesiano-newtoniano que acompanha a Geografia até os dias atuais. Portanto, o que ocorre seria mais a inclusão de um novo paradigma da natureza acompanhando o antigo paradigma

cartesiano-newtoniano e não a substituição do mesmo. Ruy Moreira nos lembra como se formou este novo paradigma na Geografia:

Vimos que a abordagem da natureza a partir do interior da sua história, isto é, da natureza como história natural, já é visível nas revoluções conceituais introduzidas por Lavoisier, via Química, e Lamarck, via Biologia, sob influências iluministas do correr do século XVIII, e que só ganha impulso definitivo no século XIX com a revolução de Darwin. Mas é com Haeckel, que a batiza de Ecologia, que esta abordagem nasce em 1866. Será, todavia, preciso que desde então assimile expressões e teses de um discurso global da natureza e do homem para que amadureça como nova leitura no mundo. Assim, durante todo o período que se estende do século XIX ao XX vão aparecendo noções como “formação vegetal”, “comunidade biótica”, “ecossistema”, “cadeia trófica”, para enfim se constituir em linguagem e raciocínio formados (MOREIRA, Ruy. 1993, p. 43).

O discurso geográfico carrega, portanto, como concepção de natureza, a ordenação matemática dos corpos físicos pela lei da gravidade e as atuais influências do paradigma ecológico de Haeckel; e tal concepção está incluída no sistema Natureza-Homem-Economia, que a geografia construiu como sua principal visão de mundo.

O geógrafo Ruy Moreira tece algumas críticas em relação ao emprego do sistema N-H-E como discurso:

Os acontecimentos foram, entretanto, mostrando o simplismo e a superficialidade desse esquema teórico e metodológico. E um processo de crítica foi exigindo a reformulação do modo do olhar geográfico. Até porque se percebeu tratar-se ele de um olhar

comprometido com um tipo de mundo há tempo esgotado na história humana (MOREIRA, Ruy. 2008, p. 10).

A principal crítica ao esquema teórico e metodológico é lembrada pelo autor como uma redução da natureza e da Geografia Física à economia, assim que “a natureza é transformada em um elemento a mais do círculo da economia e também a uma forma de engenharia” (NIZ e MOREIRA, 2015), a própria Geografia Física é reduzida a uma Geografia Econômica.

Outro aspecto relevante do atual discurso geográfico, principalmente nos livros didáticos, é o caráter mais informativo do que formativo, isto é, o discurso geográfico nos materiais didáticos tem se dedicado mais em informar conteúdos concernente a temática ambiental do que ensinar um determinado discurso geográfico propriamente dito aos seus leitores-alunos. Esse aspecto nos remete a Ruy Moreira, quando em entrevista, nos diz que atualmente não conseguimos distinguir com clareza textos de um livro didático de Geografia de um texto jornalístico (Niz e Moreira, 2015). E é nesse aspecto do atual discurso da Geografia sobre a natureza que existem possíveis aproximações entre o discurso geográfico e o jornalístico.

3. O discurso do Jornalismo Ambiental

Da mesma forma que a Geografia se apropria do paradigma ecológico e reconfigura o seu discurso, o Jornalismo constrói um novo nicho temático que se especializa em reportar apenas os temas considerados como *da natureza*, caracterizando o jornalismo ambiental a partir dos meados dos anos 1970.

O nicho possui seu próprio discurso, e se entende discurso “como um fenômeno social e linguístico em que um sujeito social usa uma linguagem histórica e socialmente dada para reconstruir posições, sujeitos sociais e linguísticos” (ALVES, MENDONÇA e BRENNEISEN, 2006, p. 14), assim, o jornalista ambiental produz, e reproduz um discurso específico, dentre uma gama de discursos presentes na sociedade:

tais como o discurso de senso comum, o discurso científico, o discurso político, o discurso religioso e o discurso jornalístico, entre outros. O todo social é composto, então, por uma multiplicidade de discursos que visam dar-lhe sentido; e os diversos atores políticos e sociais, por sua vez, visam ao estabelecimento de sua hegemonia, que é sempre parcial, fluída e inconstante (ALVES, MENDONÇA e BRENNEISEN, 2006, p. 14).

O posicionamento do jornalista ambiental, bem como o seu discurso, é movido pela demanda de questionar problemas resultantes das formas de utilização dos recursos naturais e da estrutura do sistema em que estas ações estão inclusas. Portanto, há um distanciamento entre o jornalismo não especializado e o jornalismo ambiental à medida que o último abandona ideais, em sua maioria paradoxais, almejados pelos jornalistas tradicionais:

Desta forma, o jornalista de meio ambiente deve abandonar os conceitos de neutralidade, imparcialidade e objetividade, tendo em vista que a informação ambiental deve mobilizar a ação dos indivíduos diante dos problemas expostos. Pode-se dizer que todo jornalista de meio ambiente deve ser um militante ambiental, que defenda a preservação da natureza e a transformação nos modos de produção e de consumo adotados atualmente, para que se possa pelo menos minimizar nos próximos anos os danos causados ao meio ambiente nestas ações (LOPES, LEMOS, 2013, p. 5).

O discurso do jornalista ambiental não deve apenas noticiar ou transmitir, no intuito de alcançar a imparcialidade, temas recorrentes da questão ambiental, mas, deve também “provocar transformações nas ações cotidianas dos cidadãos (LOPES, LEMOS,

2013, p. 5) conscientizando-os de que todos carregam sua parcela de responsabilidade com o meio ambiente, seja o cidadão comum, sejam os produtores agrícolas, sejam os proprietários de indústria. Daí a necessidade de um maior envolvimento do jornalista com aquilo que ele noticia.

A “apuração aprofundada e o mergulho no contexto” são a base de sustentação fundamental para a construção da “informação ambiental” no discurso do jornalista de meio ambiente (LOPES, LEMOS, 2013, p. 5), portanto, é preciso lembrar

que o principal erro cometido por profissionais mal preparados está em não conseguir reconhecer as conexões intrincadas entre os diversos campos sociais que interferem nas questões ambientais, como, por exemplo, a economia, a cultura e a política. Isto se dá por questões mesmo da configuração estrutural dos noticiários, fragmentados em editorias, o que dificulta que se tenha uma visão holística e multidisciplinar dos fatos e empobrece a cobertura. Esse tipo de postura resulta em uma cobertura simplista e reducionista da pauta ambiental, o que (...) favorece os grandes interesses, entre eles os de políticos e empresários, por exemplo, que se beneficiam da desinformação e inércia generalizada para seguir com seus projetos de ocupação e desmatamento. (LOPES, LEMOS, 2013, p. 6).

Surge a aproximação entre os discursos geográfico e jornalístico quando vemos a necessidade de informar sobre temas da natureza conjuntamente com a economia, a cultura e a política. No discurso jornalístico, o caráter holista da concepção de natureza é quem aproxima a natureza da economia, já no discurso geográfico, essa aproximação se deve ao emprego do sistema N-H-E. E assim como ocorre a crítica por parte do geógrafo Ruy Moreira em relação a vinculação da natureza com a economia sobre o viés do N-H-E, pesquisadores do campo do jornalismo ambiental criticam essa redução da natureza à economia:

Esta visão, que tende a ser hegemônica mesmo entre profissionais que atuam na imprensa ambiental, reduz o meio ambiente e sua preservação a uma instância meramente econômica, desconectada de valores e princípios sócio-culturais e políticos. (...) O conceito de desenvolvimento sustentável está contaminado, portanto, com a perspectiva econômico-financeira e é visto especialmente como um problema de gestão empresarial. Há empresários que acreditam que a sustentabilidade que interessa é aquela que garante a sobrevivência do seu próprio negócio. (LOPES, LEMOS, 2013, apud, BUENO, 2007, p. 20).

Consoante ao jornalismo tradicional, a informação ambiental também se faz presente em seus noticiários, porém não podem ser consideradas de um nicho jornalístico como o jornalismo ambiental:

Característica marcante da informação ambiental que aparece diariamente nos veículos de comunicação é a cobertura pontual, concentrada geralmente em momentos de crise (por exemplo, quando ocorrem grandes tragédias como terremotos e tsunamis). Não há espaço para análises, investigações e interpretações mais profundas, que possibilitam a apresentação de novos caminhos a ser seguidos (LOPES, LEMOS, 2013, p. 6).

É nesse contexto que Ruy Moreira critica o conteúdo de Geografia Física (e o conteúdo que trata da natureza, respectivamente) nos livros didáticos quando o discurso ali proferido não pode ser distinguido de um texto jornalístico, devido seu alto grau de superficialidade em informar características da natureza (Niz e Moreira, 2015).

Outra aproximação entre os discursos se realizaria em suas necessidades de se identificarem como discursos relevantes, tanto para a ciências (no caso da Geografia), como para os meios de comunicação (no caso do Jornalismo Ambiental).

Enquanto que os jornalistas ambientais procuravam informações precisas no discurso científico para garantir a confiança de seus leitores e credibilidade, os geógrafos procuram analisar a natureza por meio de um discurso fundamentalmente matemático, com base no paradigma cartesiano-newtoniano. A aproximação, portanto, se mostra evidente quando os jornalistas procuram no discurso científico os argumentos matemáticos que muitas ciências identificam como mais verdadeiros:

Consequência disto é que os movimentos sociais e grupos de pressão por justiça e preservação ambiental precisaram apropriar-se do discurso científico para que também tivessem voz na cobertura jornalística. Tiveram que elaborar suas informações confirmadas por estatísticas e análises científicas para ganhar espaço na imprensa e conseguir determinar a agenda ambiental na mídia (LOPES, LEMOS, 2013, p. 7).

As estatísticas são comumente utilizadas tanto por jornalistas, como por geógrafos que procuram corroborar seus discursos concernentes à questão ambiental, e a adoção das estatísticas ocorre porque se trata de um discurso fundamentalmente matemático, e o argumento matemático costuma aparentar ser mais próximo do real do que outros discursos por ter se tornado um argumento de autoridade para a comprovação de raciocínios. O problema decorrente do apelo à autoridade matemática é a comum hegemonia do uso de estatísticas que muitas vezes promovem a desconsideração de outras formas de argumentos que não se sustentam no discurso matemático, como a demasiada utilização de dados e informações quantitativas e desconsiderar dados e informações qualitativas.

Por conseguinte, existem as informações ambientais produzidas por jornalistas ambientais e jornalistas tradicionais, e o que as diferencia é o grau de aprofundamento e engajamento por partes destes agentes. Mas ainda cabe questionar que concepção de natureza o discurso jornalístico informa e qual a aproximação com a concepção de natureza carregada pelos geógrafos.

4. As concepções de natureza no Jornalismo

Para investigar o que o discurso jornalístico veicula e concebe por natureza, foi selecionado uma reportagem publicada no Caderno especial da Folha de São Paulo no dia 14 de setembro de 2014 com o título “Líquido e incerto: o futuro dos recursos hídricos no Brasil” com o intuito de analisá-la quanto a profundidade e engajamento dos discursos e quanto a forma como são tratados os temas concernente ao meio ambiente, porém, as concepções de natureza da reportagem serão analisadas segundo o arcabouço teórico e metodológico da Geografia, já discutido no início deste artigo e nos ilustrará a concepção de natureza empregada pela equipe responsável pela reportagem analisada, servindo como exemplo daquilo que o jornalismo ambiental entende por natureza.

A reportagem é dividida em três capítulos que abordam três regiões diferentes no Brasil consideradas situações-limite: “secas em São Paulo e no semiárido nordestino e inundações no rio Madeira” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014); e se intitulam como “Gente demais”, “Água demais” e “Água de menos”.

Intencionados a abordar de forma mais atrativa ao público o tema sobre a questão hídrica no Brasil, o nível de profundidade da série é abastado em relação a exploração dos conteúdos do tema investigado e também em relação a multiplicidade de mídias envolvidas nos registros da reportagem:

Durante quatro meses, uma equipe de seis repórteres, quatro artistas gráficos e dois profissionais de vídeo se debruçou sobre esses desastres naturais para tentar esmiuçá-los e traduzir sua

complexidade nesta abrangente reportagem multimídia, coordenada por Marcelo Leite.

Eduardo Geraque e Fernando Canzian traçaram uma radiografia de corpo inteiro da estiagem na Região Metropolitana de São Paulo, na tentativa de entender uma doença que começou muito antes da queda nos níveis das represas do sistema Cantareira. Rafael Garcia foi enviado a Rondônia com a missão de investigar as relações, se é que existem, da devastadora enchente deste ano com as duas usinas hidrelétricas que começaram a funcionar no rio Madeira, Santo Antônio e Jirau.

Dimmi Amora visitou vários trechos da obra de transposição do rio São Francisco para verificar se o semiárido nordestino está mais perto de ver cumpridas as promessas de acabar com os efeitos da seca sobre a população pobre. Esses quatro jornalistas foram acompanhados de perto pelo repórter fotográfico Lalo de Almeida, responsável também pela gravação dos vídeos inseridos nos três capítulos a seguir (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

É notável a intenção da equipe de reportagem envolvida em se aprofundar nas principais realidades da questão hídrica do país possibilitando a articulação de diferentes perspectivas de um mesmo tema ecológico: a água. A intenção, portanto, é tipicamente exercida pela área especializada do jornalismo ambiental e as características visuais da reportagem (que fora analisada neste artigo no seu formato digital) são enriquecidas de fotos, vídeos, gráficos e infográficos que ora exemplificam, ora comparam e qualificam, ora informam, os assuntos de maior complexidade expostos na reportagem.

A proposição de que a natureza é vista hoje como um elemento do sistema econômico, isto é, o tensionamento da economia vigente em reduzir a natureza em recursos naturais, como se a mesma se resumisse apenas a função de aquecer ou controlar a dinâmica da economia, foi tomada como hipótese na investigação da

concepção de natureza nesta reportagem especial veiculada pela Folha de São Paulo e se constatou a presença constante dos dois paradigmas da natureza que também influencia o discurso geográfico. Os paradigmas cartesiano-newtoniano e o ecológico.

O título da reportagem nos oferece alguns indícios de tal aproximação, pois converte o tema da Água em recurso hídrico, especificando o interesse em investigar a dinâmica das águas brasileiras apenas pelo viés da utilidade para o homem. Outra aproximação, agora no mínimo curiosa, trata-se da estranha semelhança da reportagem iniciar o seu discurso tal como acontece nos capítulos que tratam da água em materiais didáticos de Geografia (NIZ, 2015), ou seja, apresentando uma série de dados estatísticos sobre a quantidade, a distribuição e a possibilidade de consumo humano de água no mundo e no Brasil, como pode ser observado no vídeo “O Mito da Água”, na animação “Água no Brasil”, em infográficos e no próprio texto da reportagem:

Com 12% a 16% da água doce disponível na Terra, o Brasil é um país rico nesse insumo que a natureza provê de graça à população e à economia. Cada habitante pode contar com mais de 43 mil m³ por ano dos mananciais, mas apenas 0,7% disso termina utilizado.

Nações como a Argélia e regiões como a Palestina, em contraste, usam quase a metade dos recursos hídricos disponíveis, e outras ainda, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes, precisam obtê-los por dessalinização de água do mar (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

Os termos “disponível” e “insumo” também nos possibilita entender a água reduzida a um recurso natural, onde a população e a economia poderia usufruir do recurso de graça no Brasil, diferente de outras nações.

Na parte “Gente demais”, o foco está na crise da disponibilidade de água para distribuição na região metropolitana de São Paulo, e da mesma forma que a introdução da reportagem, os infográficos e animações sobre a quantidade de água dessa região e a disponibilidade de distribuição pelas reservas e sistemas de armazenamento de água administrados pela empresa de economia mista SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) são apresentados quantitativamente, assim como os custos para a descontaminação das águas da represa Billings, que seria muito mais elevado do que o tratamento de águas de mata. O argumento procura evidenciar a relação de custo-benefício entre o tratamento de água nas duas situações, e como a empresa SABESP tem prejuízos tanto no capital financeiro (relação entre a arrecadação das contas pagas pela população e os gastos para o tratamento) como no capital natural (que seria o desperdício de água, interpretando a natureza como recurso natural).

Este apanhado de aspectos da primeira parte da reportagem nos remete ao grau de aproximação do argumento matemático e a redução da natureza em recurso natural utilizado no discurso jornalístico do texto ao paradigma cartesiano-newtoniano da concepção de natureza, que muito embora seja um pensamento arcaico e tradicional, ainda permeia no entendimento de natureza, tanto do discurso científico, como no discurso do senso comum (Moreira, 1993), porém, o texto possibilita realçar também algumas aproximações com a fase atual de entender a natureza.

A preocupação em reportar situações específicas da questão hídrica na Grande São Paulo, como a ocupação patrocinada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST em áreas de preservação ambiental, as APPs, de nascentes da represa do Guarapiranga; ou os impactos ambientais causados por atividades agropecuárias como o pastoreio, quando o ato do gado pisotear encostas para o pasto ocasiona na destruição da mata e a compactação do solo, que intensifica a erosão pluvial e interrompe a infiltração das águas no solo que se acumula nos lenções freáticos; ou ainda a estiagem resultante das alterações climáticas conhecida como o Aquecimento Global que tem ocorrido ao longo dos últimos anos no estado de São Paulo provocando a seca nas principais reservas e sistemas que abastecem a população gigantesca acumulada na

Grande São Paulo demonstram como a questão ecológica de preservação e/ou mitigação de riscos e impactos ambientais influenciam no discurso jornalístico do texto.

Maior é a evidência do paradigma ecológico nas propostas e soluções apresentadas na reportagem quanto aos impactos ambientais apresentados como a solução da mitigação da degradação das encostas pela erosão do pastoreio e das águas que não eram absorvidas pelo solo:

A história da fazenda Cravorana ilustra bem a situação do Cantareira e o que pode ser feito para remediá-la. Há quase um ano, administradores da propriedade e pesquisadores do IPÊ começaram a “semeadura da água”. O projeto tem colhido bons resultados e será reproduzido em várias áreas do Cantareira.

Pequenas áreas de pastos (piquetes) mais ou menos regulares foram demarcadas e cercadas em um dos morros da fazenda, que tem pastagens degradadas, com o capim já rareado e o solo bastante compactado pelo pisoteio do gado. As chuvas lavavam tudo, deixando erosão e prejuízos em sua esteira.

Os animais agora pastam por alguns dias em um determinado piquete. Depois passam a pastar em outro. Na parcela que ficou descansando uns dias (o tempo varia com o clima e o ritmo do rebanho), o capim está visivelmente mais verde, e o solo, menos endurecido. Quando chove, a água se infiltra, e só uma pequena parte escorre barranco abaixo. A erosão retrocedeu quase inteiramente.

“Estamos fazendo projetos semelhantes em várias propriedades da região. Nossa intenção, além de deixar que mais água se infiltre no solo, é recuperar matas ao lado de nascentes e de riachos”, afirma Alexandre Uezu, biólogo da ONG IPÊ e coordenador do projeto, que já tem um ano. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

O texto resgata a importância em ilustrar as diferentes situações cotidianas resgatadas pelo discurso jornalístico que alteram o meio ambiente e ainda procurar soluções que serão ou estão sendo implantadas no momento. A necessidade em levantar tais informações possui origem na ascendência da preocupação ecológica e nas ações antrópicas e suas consequências.

Na segunda parte da reportagem o tema se direciona aos problemas das cheias anormais do Rio Madeira, em Rondônia, que provavelmente são ocasionadas pelo demasiado aumento das chuvas, devido também as alterações climáticas, e à implantação de duas usinas hidroelétricas na região. A situação-limite agora é o excesso, daí o título “Água demais” a esta parte.

Os argumentos matemáticos, como dados e comparações quantitativas, embora ainda presentes, sedem lugar aos relatos dos moradores da região que sofrem com os impactos das cheias. Todavia, o levantamento da principal causa do impacto ambiental, que seria a implantação das hidrelétricas e as explicações científicas sustentadas pelos profissionais entrevistados demonstra a preocupação e a crítica aos empreendimentos econômicos que alteram o meio ambiente. O trecho destacado realça a observação:

Segundo o geógrafo Dorisvalder Dias Nunes, da Universidade Federal de Rondônia (Unir), a liberação de um grande volume de água em duas semanas pode ter alterado o regime de deposição de sedimentos. “É possível que, com a abertura das comportas para manter o controle do nível de água a montante [rio acima], a usina Santo Antônio tenha jogado adiante uma quantidade muito grande de sedimento”, diz.

A Santo Antônio Energia afirma, porém, que a abertura das comportas foi feita de forma gradual, ao longo de 15 dias. “O Madeira, ainda que sem as usinas, teria levado a mesma quantidade de sedimento até ali”, diz Carlos Hugo de Araújo, diretor de sustentabilidade da empresa (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

Outro agravante ocasionado pela usina Santo Antônio Energia apontado pela reportagem é a alteração da atividade pesqueira que ocorria na região da cachoeira Teotônio, pois, com a construção da barragem da usina, o nível das águas subiram a ponto de extinguir a cachoeira. O que deve ser observado neste trecho da reportagem é a importância de como a alteração ambiental é vista como um problema para a economia na medida em que altera a atividade pesqueira e a diminuição do turismo, que também aquece as atividades econômicas da região. Todavia, o viés da reportagem também evidencia a importância social nas ações que alteram o meio ambiente.

A terceira e última parte da extensa reportagem, intitulada “Água de menos”, trata da questão da histórica estiagem que acontece no Nordeste e as propostas de resolução pelo projeto da transposição do Rio São Francisco. A composição do discurso segue conforme as outras partes, com dados estatísticos da situação da falta de água na região, da quantidade da população residente, da quantidade de cisternas que são construíram para conter a seca e os dados promissores que o projeto oferece com a transposição em relação a distribuição do recurso. Os relatos dos moradores que vivem na seca e vivem próximos às obras de engenharia da transposição do Rio São Francisco é outra constante na reportagem. Nota-se a ausência da solução da seca pela transposição em algumas áreas da região e a necessidade de construção de cisternas e caminhões-pipa para suprir as necessidades básicas.

O questionamento na reportagem procura elucidar se há realmente a necessidade de um projeto tão caro quanto a transposição, sendo que há outras alternativas para a resolução do problema:

Para dar “garantia hídrica” aos nordestinos do semiárido, a transposição precisa tirar, no mínimo, 2,2 milhões de m³ de água por dia do rio São Francisco. Essa quantidade serviria para abastecer 27 grandes açudes nos 477 km de canais dos dois eixos principais.

Esses 27 açudes, que podem reservar 500 milhões de m³, liberarão água de forma controlada para alimentar reservatórios mais distantes, por meio de outros 1.268 km de canais e adutoras, que os Estados prometem construir, e por leitos de rios hoje intermitentes (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

E ainda levanta os gastos energéticos para mantê-lo:

Para fazer a água chegar tão longe, contudo, a energia que acionará as bombas é estimada pelo Ministério da Integração em 56 mil megawatts-hora (MWh) por mês. A conta seria de R\$ 28 milhões mensais, a preços do primeiro semestre de 2014, quando estava em seu pico. Na média histórica, o valor da eletricidade ficaria em torno de R\$ 7 milhões ao mês.

O agrônomo e ambientalista João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, entidade especializada em estudos sobre a região Nordeste, diz que o custo da água é incompatível com o uso agrícola. Estudos do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do governo federal) apontavam já em 2006 que esse custo poderia ser de cinco a oito vezes superior ao custo médio de um projeto de irrigação. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

Embora os questionamentos de cunho social e político, isto é, que levantam certa preocupação com a população que vive na situação-limite, e também com os gastos resultantes dos empreendimentos citados na reportagem, é ainda muito pequena a preocupação com os impactos ambientais decorrentes de tais empreendimentos, e ainda há uma certa preferência em levantar os dados concernentes ao aspecto econômico da natureza, que converte a natureza em capital natural, e a visualiza como um montante que sofre altas e baixas segundo a aplicação de variadas técnicas e estratégias para a sua mais rentável utilização.

5. Considerações

A Geografia é uma entre as diversas ciências que tem como objeto de estudo a natureza, e apoia sua interpretação do conceito de natureza num paradigma em crise que vem sendo substituído pelo pensamento ecológico ou ambiental. Seu discurso, portanto, se sustenta pela adoção do argumento matemático herdado pela Física Clássica e vem sofrendo alterações que questionam a visão cíclica da natureza propondo uma visão espiralada, isto é, a natureza deixa de ser vista pelo positivismo e agora é vista pelo pensamento dialético (NIZ, 2015).

O discurso jornalístico, quando discute sobre a questão ambiental, também se sustenta por essas bases epistemológicas conforme foi verificado no estudo de caso proposto neste artigo, e como foi visto, ao longo de toda a reportagem, o argumento matemático é demasiadamente utilizado para corroborar situações investigadas e denunciadas nas três regiões geográficas brasileiras, e a importância de controlar e prever as dinâmicas da natureza e suas transformações de caráter antrópico resulta num maior controle das nuances da economia, convertendo, assim, a natureza em um dos elementos matemáticos fundamentais na equação das receitas e despesas do setor econômico.

Em tempos de mudanças paradigmáticas e o crescimento de uma consciência ambiental mais crítica e holística, é necessário superar o tratamento que se dá a natureza pela ciência, pois a forma reduzida e depreciativa que se entende o conceito de natureza nos dias atuais, nos leva a compreensão parcial de como podemos lidar com ela e acabamos por reduzir e depreciar a nós mesmos.

Referências Bibliográficas

ALVES, G.B.M.; S.C.P. BRENNEISEN, E.S.C.P. *Relações entre o Discurso Político e o Discurso Jornalístico*. Ciências Sociais em Perspectiva (5) 9: pág. 13-22. 2ºSem. 2006.

BURTT, E.A. *As Bases Metafísicas da Ciências Moderna*. Ed. Universidade de Brasília. Brasília. 1991.

CARVALHO, M. B. *O que é Natureza*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1991.

FITAS, A. J. S. *Os Principia de Newton, alguns comentários* (Primeira parte, a Axiomática). Vértice, 72. Pp. 1996.

FITAS, A. J. S. *Os Principia de Newton, alguns comentários* (Segunda parte, a Gravitação). Vértice, 73. Pp. 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO, 15 de setembro de 2014, *Caderno Especial*. Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/ambiente/2014/09/15/crise-da-agua/> Acesso em 19 de agosto de 2015.

LOPES, C.A.O. LEMOS, D.D. *Jornalismo Ambiental no Brasil: homem e natureza na série de reportagens Viúvas do Veneno*. Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, AM. 4 a 7/9/2013.

MOREIRA, R. *O Círculo e a Espiral: a Crise Paradigmática do Mundo Moderno*. Rio de Janeiro. Ed. Obra Aberta. 1993.

MOREIRA, R. *O Discurso do Averso (para a crítica da geografia que se ensina)*. Rio de Janeiro. Ed. Dois Pontos. 1987.

MOREIRA, R. *O Discurso do Averso (para a crítica da geografia que se ensina)*. São Paulo. Ed. Contexto. 2014.

MOREIRA, R. *Para Onde Vai o Pensamento Geográfico?* 1ª edição, Ed. Contexto, São Paulo, 2008.

NIZ, W. *O que a Geografia Física entende por natureza: análise e aplicabilidade das proposições de Ruy Moreira sobre a concepção de natureza na Geografia.* Relatório científico de Pesquisa de Iniciação Científica aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-SP, subsidiado pelo PIBIC-CEPE e desenvolvido no período agosto de 2014 a julho de 2015.

NIZ, W. MOREIRA, R. *Entrevista com Ruy Moreira: Como a Geografia Entende a Natureza.* 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=78pz2FwERr0> Acesso em 13 de agosto de 2015.